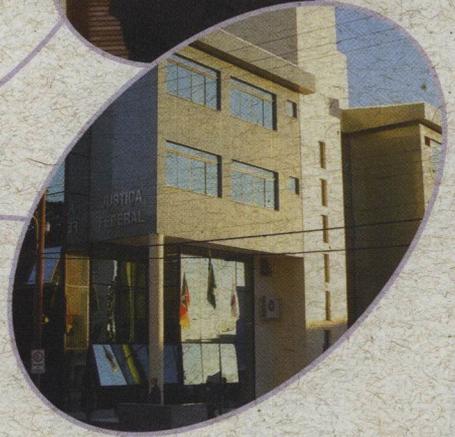
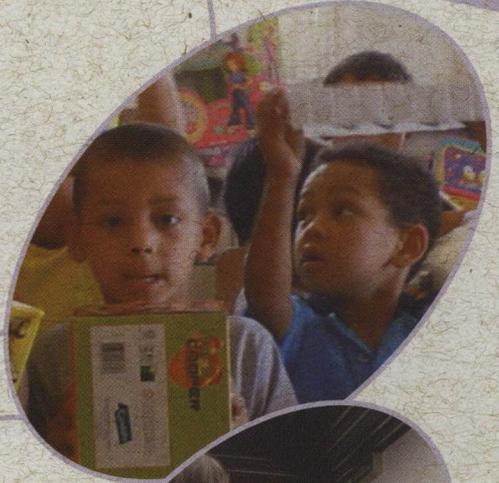


RELATÓRIO DE GESTÃO



**Seção Judiciária do
Rio Grande do Sul**

Junho/2003 - Junho/2005

RELATÓRIO DE GESTÃO: JUNHO/2003 - JUNHO/2005 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Coordenação-Geral

Salise Monteiro Sanhotene

Planejamento, Execução e Revisão

Gustavo André Eckhard

Luciana Felício Rublescki

Márcia Regina Menezes Dias

Ricardo Mesquita de Oliveira

Colaboração

Direção Geral do Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Carlos Dario Lopes Daudt Filho

Carlos Alberto Lamb Carosio

Carlos Alberto Lanzini

Gustavo André Eckhard

Luciana Felício Rublescki

Júlio César Pinto de Oliveira

Luigi Frusciante Filho

Marco Antônio Soares Ochôa

Paulo Henrique Souza da Silva

Daniel Penha Barcellos

Fabiana Slongo Coiro Salvadori

Josiane Lemos Taffarel

Sandra Mara da Silva Ferreira

Sibele Wolf Garcez

Lisandra Menna Barreto

Fotos

Cezar Augusto de Abreu Pereira

Christian Stöll

Sandra Mara da Silva Ferreira

Projeto gráfico

Vitor Araújo

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 600.

90.010-395 - Porto Alegre / RS

Correio Eletrônico: secdf@jfrs.gov.br

Home page: <http://www.jfrs.gov.br>

Ficha Catalográfica

Brasil. Justiça Federal de 1ª Instância. Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Relatório de Gestão da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul/ Justiça Federal de 1ª Instância. Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - Porto Alegre: Gestão 2003/2005.

1. Justiça Federal. 2. Gestão Administrativa. 3. Estrutura. 4. Seção Judiciária. 5. Rio Grande do Sul. I. Título.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Desembargador Federal Vladimir Passos de Freitas
Presidente

Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler
Vice-Presidente

Desembargador Federal Vilson Darós
Corregedor-Geral

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Juíza Federal Salise Monteiro Sanchotene
Diretora do Foro
Coordenadora do Projeto Justiça Solidária

Juíza Federal Taís Schilling Ferraz
Vice-Diretora do Foro
Coordenadora do Comitê de Gestão pela Qualidade

Juíza Federal Ingrid Schroder Sliwka
Juíza Federal Substituta Andréia Castro Dias
Coordenadoras da Central de Mandados - CEMPA

Juíza Federal Ingrid Schroder Sliwka
Juíza Federal Daniela Tocchetto Cavalheiro
Juiz Federal Eduardo Vandré Oliveira Lema Garcia
Consultores do Grupo de Avaliação Documental

Juíza Federal Maria Isabel Pezzi Klein
Coordenadora da Assistência Judiciária Gratuita

Juiz Federal Roger Raupp Rios
Juiz Federal Francisco Donizete Gomes
Coordenadores da Biblioteca

Juiz Federal Substituto Gerson Godinho da Costa
Colaborador do Projeto Justiça Solidária - Portas Abertas

Bel. Carlos Dario Lopes Daudt Filho
Diretor da Secretaria Administrativa

SUMÁRIO

Apresentação - pg. 7

Introdução - pg. 8

I - Estrutura administrativa - pg. 9

II - Caráter da gestão - pg. 11

III - Expansão, interiorização e especialização da Justiça Federal - pg. 15

IV - Reestruturação e modernização da infra-estrutura - pg. 20

V - Desenvolvimento humano - pg. 42

VI - Responsabilidade social - pg. 49

Considerações finais - pg. 57

APRESENTAÇÃO

Elaborar um relatório, ao término de uma gestão, significa preparar um instrumento técnico e administrativo de fundamental importância aos que sucedem na administração futura, ao tempo em que se oportuniza amplo conhecimento aos magistrados, servidores da área fim e à sociedade, do trabalho desenvolvido, porquanto é possível demonstrar a aplicação dos recursos orçamentários e os resultados alcançados, assim como as realizações, em função das metas traçadas, bem como o fornecimento de informações úteis ao bom andamento da máquina administrativa.

Desenvolveu-se um novo roteiro para melhor explanar todos os aspectos da execução, abarcando a consolidação de trabalhos anteriores, a demonstração de projetos que devem ter continuidade em administrações futuras para alcançar os fins buscados e, ainda, programas executados que trazem avanços significativos na melhoria da prestação jurisdicional.

A agenda apresentada somente foi possível de concretizar mediante o envolvimento de todas as áreas compreendidas na estrutura administrativa, que é bastante acanhada para a enorme tarefa a que se propõe, mas integrada de importantes valores humanos, essenciais ao pleno desenvolvimento no período que ora se inventaria - junho de 2003 a junho de 2005. Recebemos das administrações anteriores um trabalho cuidadosamente edificado, possibilitando-nos, ao tempo em que demos continuidade aos projetos em curso, empreender novas ações que, esperamos, tenham colaborado para o melhor desenvolvimento das áreas meio e fim da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Imperioso salientar que as direções de foro das Subseções do Rio Grande do Sul constituíram-se em solo fértil para a acolhida de todas as modernizações e projetos propostos no decorrer destes dois anos e, se êxito houver, foi graças ao trabalho coletivo desenvolvido entre as 20 Subseções que integram a Seção Judiciária deste Estado.

Nosso reconhecimento à confiança que nos foi depositada pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região vem, neste relatório, acompanhado de um sentimento compensador de tarefa concluída de modo digno e edificante.

Porto Alegre, junho de 2005.

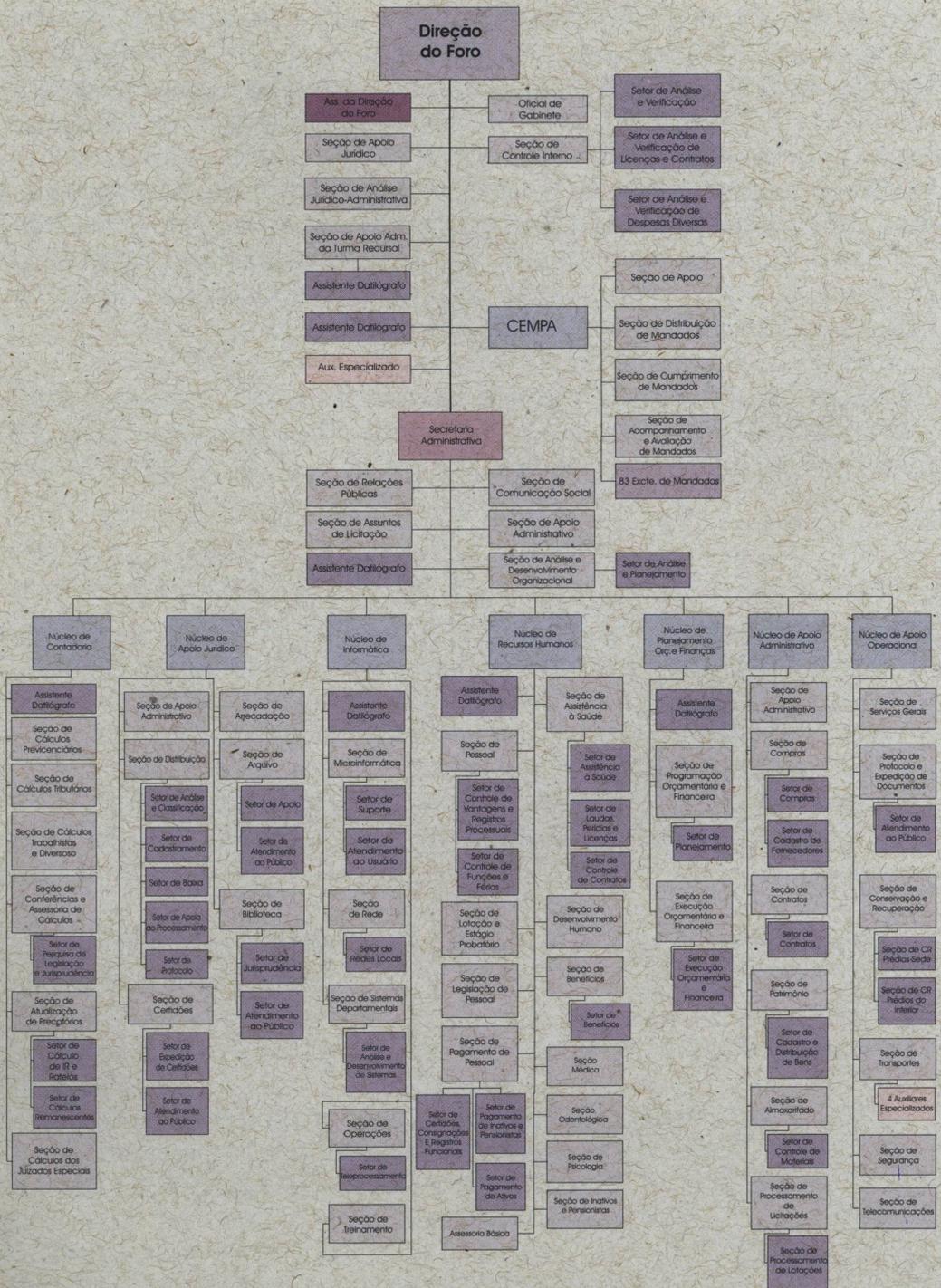
Salise Monteiro Sanchotene
Juíza Federal Diretora do Foro

INTRODUÇÃO

O relatório de gestão está dividido em 06 (seis) capítulos, quais sejam : I - Estrutura administrativa; II - Caráter da gestão; III - Expansão, interiorização e especialização da Justiça Federal; IV - Reestruturação e modernização da infra-estrutura; V - Desenvolvimento humano e VI - Responsabilidade social.

Em uma estrutura administrativa modificada, incidiu o caráter da gestão, segundo as características de participação, descentralização e publicidade. Em consonância com essas características gerenciais, foram estipuladas prioridades para o exercício, como **a expansão, a interiorização e a especialização da Justiça Federal**, para o fim de melhorar a prestação jurisdicional; **a reestruturação e modernização da infra-estrutura**, com o propósito de bem equipar essa crescente demanda; **o desenvolvimento humano**, pois o investimento no quadro laboral, como um todo, implica valorização, satisfação e conseqüente qualificação dos serviços prestados; e o desenvolvimento do conceito da **responsabilidade social**, que demonstra a missão ampliada da instituição Justiça Federal na sociedade.

I - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA





Em termos de estrutura administrativa, uma das grandes transformações, do ponto de vista orgânico, ocorreu com a instalação do **Núcleo de Apoio Operacional**, conforme demonstra o organograma (resolução nº 23/2004 - TRF da 4ª Região), a partir do desmembramento de seções - telecomunicações, segurança, transportes, serviços gerais, conservação/recuperação e protocolo/expedição de documentos - que, antes, estavam vinculadas ao Núcleo de Apoio Administrativo - contratos, compras, licitações, patrimônio e almoxarifado. A alteração propiciou o melhor atendimento das demandas operacionais da Seção Judiciária.

A atuação das equipes constituintes da Administração nesta nova estrutura contribuiu decisivamente para imprimir o caráter da gestão e garantir com eficácia o cumprimento das metas.

II - CARÁTER DA GESTÃO

Com o propósito de cumprir suas prioridades, a Administração empregou um modelo administrativo com ênfase na participação, na descentralização, na publicidade, com vistas ao êxito dos projetos e à obtenção de resultados idealizados.

A partir de um planejamento estratégico, a Administração desencadeou inúmeros projetos em diversas áreas, sempre fazendo o melhor proveito dos recursos orçamentários.

As características decorrentes desse planejamento estratégico, quais sejam, a expansão, interiorização e especialização da Justiça Federal; a modernização da infra-estrutura; os investimentos no desenvolvimento humano e a dimensão da responsabilidade social serão objeto de análise em itens específicos.

I - Participativo

Desde o princípio, esta Administração primou pela máxima participação dos atores dos processos de trabalho, refinando, com isso, o levantamento de dados e, por conseguinte, melhor embasando as suas decisões. Para tanto, foram promovidas visitas a todas as Subseções integrantes da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, oportunidades em que foram anotadas as necessidades, tanto de serviços, quanto de obras e aquisições, tendo, como decorrência desse diagnóstico, o ajuste das diretrizes da Administração.

Nesse contexto, foram promovidas reuniões periódicas com diversos segmentos, sendo exemplos:

- A) Polícia Federal, Procuradoria da República e Juízes Federais da Área Criminal;
- B) Diretores do Foro das Seções Judiciárias da 4ª Região (RS, SC e PR);
- C) Diretores do Foro das Subseções da Seção Judiciária;
- D) Juízes Federais da Subseção de Porto Alegre;
- E) Diretores de Secretaria e de Núcleo pela Qualidade;
- F) Caixa Econômica Federal;
- G) Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional RS.

Em tais encontros, foram abordados temas vitais ao bom relacionamento da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul com as já referidas instituições, sendo exemplos: quebra de sigilo telefônico, melhoria do relacionamento entre os órgãos, uniformização dos procedimentos relativos ao FGTS em execução de sentença, adequação ao sistema de pagamento dos advogados, peritos e dativos, entre outros.

Ainda no intuito de ampliar a participação das unidades jurisdicionais e administrativas, promoveram-se **Encontros de Diretores de Secretaria e de Núcleo pela Qualidade**.



Percebendo a necessidade de um espaço para discussão dos problemas vivenciados cotidianamente nos cartórios pelos diretores de secretaria, a Administração investiu nos encontros desses gestores, já que parceiros indispensáveis para o constante aprimoramento administrativo da Justiça Federal.

A legitimação do fórum dos diretores de secretaria e de núcleo pela qualidade foi consolidada mediante a reedição automática e anual do evento, promovendo-se 03 (três) encontros, de forma a configurar-se numa evolução constante e garantindo-lhe um "status" de permanente, porquanto aberto com as finalidades de: a) construir uma identidade organizacional; b) integrar os objetivos; c) interagir experiências úteis e problemas comuns; d) proposição de soluções. Essa iniciativa está servindo à padronização e otimização dos procedimentos para a execução das tarefas e melhoria das condições de trabalho nas unidades judiciais e administrativas. A Direção do Foro, além de patrocinar esses eventos, também encaminhou algumas das propostas para as instâncias decisórias competentes (como Presidência e Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região), a fim de desencadear estudos, cujos reflexos serão perceptíveis no futuro; nesse ínterim, prestou informações acerca da tramitação dos pleitos apresentados. À guisa de exemplo, cabe mencionar a expansão e a continuidade do Programa de Desenvolvimento Gerencial - Competências Coletivas, a ser explicitado em tópico próprio, que foi uma das

propostas sugeridas pelo fórum dos diretores de secretaria e de núcleo pela qualidade e acolhida pela Administração mediante nova contratação da etapa básica, bem como por meio de aprovação da proposta do Núcleo de Recursos Humanos para o formato da etapa avançada. Vale citar a recente edição do Provimento nº 2/2005-CG-TRF / 4, ato normativo com o propósito de uniformização do trabalho, instrumento que também deriva, dentre outras fontes, de reivindicações apresentadas nos encontros de diretores.

II - Descentralizador

A decisão de aumentar a autonomia dos diretores do foro das Subseções do Interior da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, bem como dos diretores administrativo e de núcleos resultou em mais agilidade, por meio do compartilhamento de responsabilidades, acelerando, desse modo, decisões e providências.

A título de exemplos dessa diretriz descentralizadora, delegaram-se competências:

- A)** ao diretor da secretaria administrativa, para designar servidor no exercício de função comissionada;
- B)** aos Juizes Federais das Varas da Subseção de Porto Alegre, para autorizar a compensação aos seus respectivos servidores dos dias trabalhados tanto no recesso forense quanto nas eleições;
- C)** ao diretor do núcleo de apoio administrativo, para providenciar, com a necessária antecedência, a abertura dos procedimentos necessários à aquisição de material de expediente de uso comum;
- D)** aos diretores do foro das Subseções do Interior da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, para lotar servidores e estagiários.

III - Publicidade

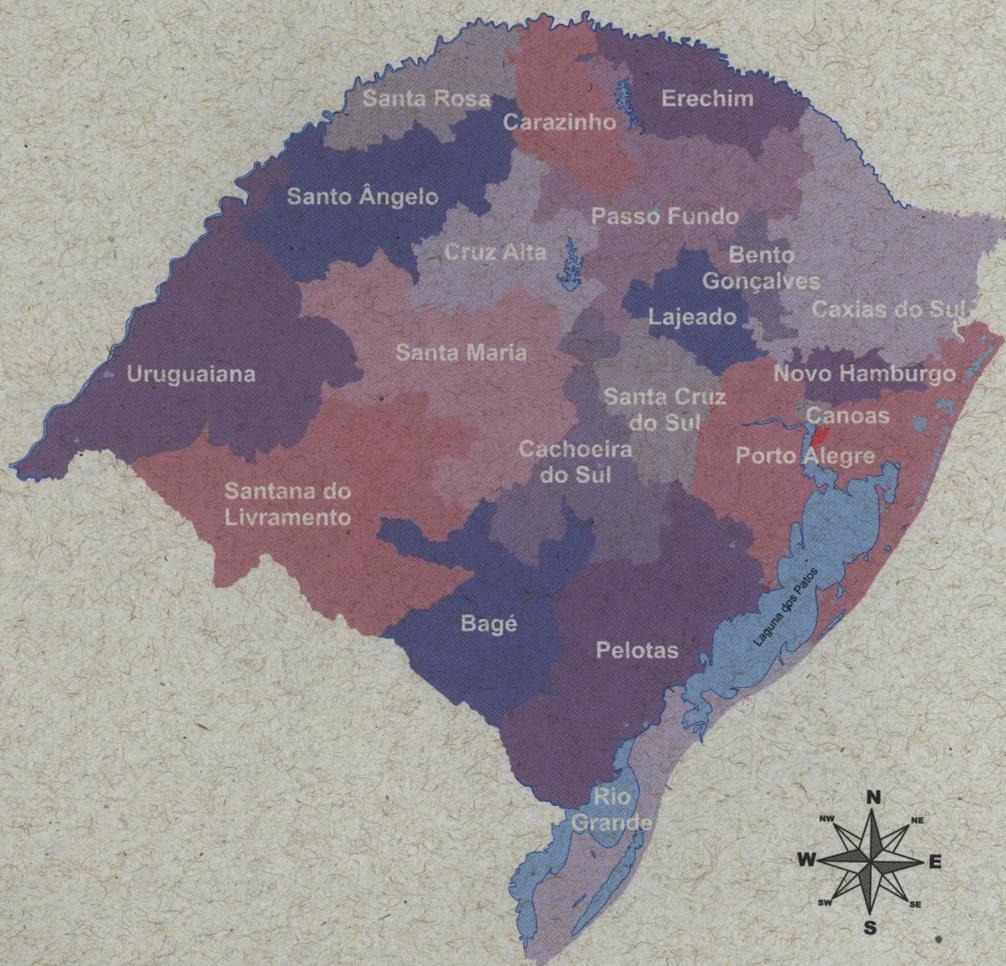
Para tornar o sistema de comunicação mais ágil, aumentando a eficácia do fluxo das informações, investimentos foram efetuados para garantir a qualidade da publicidade institucional. Nesse sentido, foi lançada a **Revista da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul**, expediente que já conta com 04 (quatro) edições.



A Seção de Comunicação Social, além de divulgar as notícias de relevante interesse público, atuou na função de prestar assessoria de imprensa junto aos magistrados, para fins de orientação quanto aos contatos, às entrevistas ou às participações em debates previamente agendados, nas diversas mídias.

III - EXPANSÃO, INTERIORIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

Mapa da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - Subseções Judiciárias



Estado do Rio Grande do Sul

População: 10.973.523 habitantes

497 municípios

(Fonte: Senso IBGE 2000)

20 Subseções Judiciárias

70 Varas Federais

64 Juízes Federais e 59 Juízes Federais substitutos

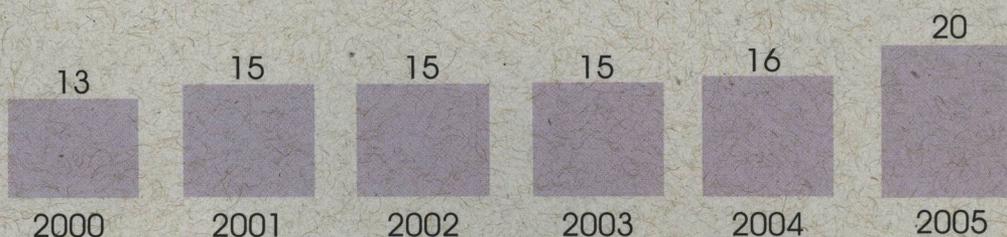
1.393 servidores, 340 estagiários e 58 voluntários

I - Expansão

A ampliação das Varas Federais nesta Seção Judiciária trouxe um aumento de 21% (vinte e um por cento) em relação à estrutura anterior, passando de 58 (cinquenta e oito) unidades para 70 (setenta) - ou 12 (doze) Varas Federais a mais.

A Subseção Judiciária de Porto Alegre, que não recebia uma unidade judiciária desde 1999, contou com a instalação da Vara do Sistema Financeiro da Habitação.

Evolução das Varas Federais e Subseções Judiciárias (2000/06-2005)



Quadro evolutivo de Varas Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

ANO	VARAS FEDERAIS
2000	53
2001	57
2002	58
2003	60
2004	64
06/2005	70

II - Interiorização



Inauguração da Vara Federal de Erechim
17.05.05

Com a meta de facilitar o acesso ao Judiciário, o processo de descentralização da Justiça Federal resultou na criação de novas Subseções Judiciárias, com os acréscimos de **Cruz Alta, Santa Rosa, Erechim, Carazinho e Cachoeira do Sul**. Passou-se de 15 (quinze) a 20 (vinte) Subseções Judiciárias, representando nesses dois anos um aumento de

1/3 (um terço) em relação à estrutura anterior.

Além disso, foram criados os Juizados Especiais Federais Avançados (JEFA), uma iniciativa inédita no País, decorrente das experiências realizadas com os juzados itinerantes, implantados agora em caráter permanente. São postos avançados da Justiça Federal, constituídos para oportunizar o alcance do cidadão ao Poder Judiciário (o atendimento das partes e dos advogados é feito por servidor residente no Município do Juizado, o qual também atua as iniciais ajuizadas e coordena a marcação de audiências), tendo sido instalados nesta gestão nos municípios de **Santiago** e de **Santa Vitória do Palmar**.

Com a expansão para o Interior da Seccional, também se fez necessário dotar rapidamente essa nova infra-estrutura das melhores condições de operação. Assim, intensificaram-se suprimentos locais nas áreas de recursos humanos, de informática e de patrimônio.

III - Especialização

A instalação das duas Varas Federais Tributárias, dos dois Juizados Especiais Federais Cíveis e da Vara Ambiental, Agrária e Residual (a partir da derivação de cinco Varas Cíveis da Subseção Judiciária de Porto Alegre), além da originária Vara do Sistema Financeiro da Habitação, na Capital, denota um anseio no sentido da especialização da Justiça Federal, com o efeito de agilizar e padronizar procedimentos, oportunizando uma prestação jurisdicional cada vez mais qualificada.

A complexidade da questão tributária é uma injunção que exige um tratamento especializado, um dos motivos da existência das **Varas Tributárias**.

Simplificar, diminuir as etapas processuais e reduzir o número de recursos encaminhados aos tribunais foi desde o início o objetivo traçado pela lei nº 10.259/2001, que criou os **Juizados Especiais Federais**. Com a intenção de prover de agilidade o andamento das ações, e de ser uma ferramenta para facilitar as relações entre o Poder Judiciário e a população, foi criado o sistema de processo eletrônico, utilizado desde o nascimento dos Juizados Especiais.



Já a **Vara do Sistema Financeiro da Habitação**, revestida de um caráter eminentemente social, trata exclusivamente das questões relativas aos conflitos habitacionais referentes a financiamentos para compra, construção e ocupação de imóveis. A tônica é a conciliação nos processos em que esta via se mostrar mais adequada. Como ilustração, cabe re-

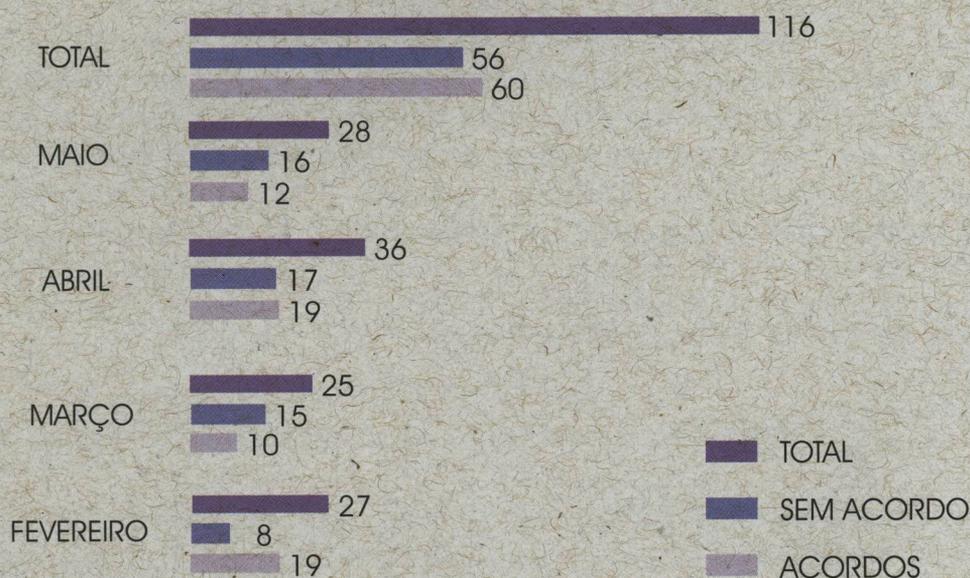
ferir que nos mutirões de julgamento do sistema financeiro da habitação, desde fevereiro de 2005, foram firmados 60 (sessenta) acordos (52%) em 116 (cento e dezesseis) audiências realizadas.

Audiências da Vara do Sistema Financeiro da Habitação

Estatística de resultados das audiências finalizadas

	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	TOTAL	%
ACORDOS	19	10	19	12	60	51,72
S/ ACORDOS	8	15	17	16	56	48,28
TOTAL	27	25	36	28	116	100,00

Gráfico de resultados das audiências finalizadas



A **Vara Ambiental, Agrária e Residual** da Subseção Judiciária de Porto Alegre (oriunda de transformação da 5ª Vara Federal de Porto Alegre) cumpre uma tendência internacional de especialização, motivada pelo fato de que o direito ambiental vem ocupando um espaço crescente nas discussões judiciais, envolvendo disputas cada vez mais complexas.

IV - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

Para o melhor desempenho e para a obtenção dos objetivos propostos, tomou-se uma série de medidas para reestruturação e modernização da infra-estrutura.

A administração orçamentária foi marcada pelo forte **investimento na aquisição de material permanente**, como computadores e móveis, sendo que o montante executado atingiu nesta gestão R\$ 14.045.240,09 (catorze milhões quarenta e cinco mil duzentos e quarenta reais e nove centavos), conforme apontam os dados a seguir.

Total de investimento de julho de 2003 a maio de 2005

PERÍODO	VALOR
A partir de julho de 2003	R\$ 5.556.913,19
2004	R\$ 7.668.644,32
Até maio de 2005	R\$ 819.683,48
TOTAL	R\$ 14.045.240,99

A preocupação da Administração residiu, em um primeiro momento, sob o ponto de vista material, na renovação do parque de hardware (equipamentos), tanto computacional, quanto dos diversos sistemas de comunicação (centrais telefônicas, hubs, switches). Além da modernização das 70 (setenta) Varas Federais, foram adquiridos quiosques de auto-atendimento para todas as Subseções.

Com o escopo de difundir iniciativas adotadas para a otimização de procedimentos, realizou-se o evento do **Prêmio de Destaque Institucional**. As unidades constituintes da Organização foram convidadas a participar,

através de demonstração das ações que tivessem contribuído para o aperfeiçoamento das rotinas e tarefas, para a divulgação positiva da imagem da Justiça Federal ou para a valorização das pessoas. Inscreveram-se 10 (dez) trabalhos, sendo premiado o sistema **VERSAT** da Subseção de Santo Ângelo, por ser um aplicativo desenvolvido pelos próprios servidores para facilitar as atividades cartoriais, tais como confecção de documentos, impressão de etiquetas, entre outras.

Cabe referir, ademais, que o objetivo principal do prêmio é promover a gestão da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos por juízes e servidores, mantendo a estrutura da Justiça Federal moderna e atualizada.

I - Programa de Qualidade - Descarte e Organização

Dando continuidade ao programa de qualidade 05 (cinco) sentidos, prosseguiu-se com o **Descarte Contínuo**, bem como se procedeu ao desenvolvimento do segundo sentido - **Ordenação**.

A título de Descarte Contínuo, renovou-se contrato para troca de papéis descartados por papel higiênico na Subseção de Porto Alegre. Assim, foram descartados na capital, ao longo desta gestão, a quantia de 15.951 (quinze mil, novecentos e cinquenta e um) kg de papel, implicando sua correspondente conversão em 74 (setenta e quatro) fardos de papel higiênico, o que equivaleu à economia de R\$ 2.841,60 (dois mil oitocentos e quarenta e um Reais e sessenta centavos) aos cofres públicos e à preservação de pelo menos 352 (trezentas e cinquenta e duas) árvores. Também ocorreu o **Dia do Descarte e da Organização na 4ª Região**, evento patrocinado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Para a implantação do segundo sentido - da Ordenação, foram realizados treinamentos nas Subseções da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, incluindo visitas realizadas por servidor habilitado, a fim de diagnosticar-se e posteriormente indicar-se aperfeiçoamentos, considerando-se as características locais. Assim, sugeriram-se algumas melhorias, exemplificando-se aquelas referentes à: a) forma de organização dos documentos; b) constituição de um leiaute mais funcional; c) otimização das rotinas de trabalho.

II - Informática

Descarte Virtual

Estabeleceu-se um dia exclusivo em toda a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul para que as unidades concentrassem seus esforços no sentido de executar o **Dia do Descarte Virtual**, ocasião em que não houve expediente externo. Mais do que excluir arquivos ou programas, a atividade teve como objetivo conferir maior agilidade na busca e no armazenamento de dados no sistema, proporcionando ao usuário, tanto interno quanto externo, aperfeiçoamento na prestação das informações. A iniciativa apresentou como resultado o montante de mais de 60 (sessenta) gigabytes descartados, equivalentes a mais de 01 (um) milhão de páginas de arquivos tipo Word (.doc) eliminados.

Gestão de novos sistemas de informática

A) E-PROC

Trata-se de um sistema disponível na Internet e que torna o processo totalmente virtual, dispensando a utilização de papel. Assim, além de agilizar o andamento das ações, apresenta-se como uma solução para reduzir espaços físicos destinados ao arquivamento dos documentos.

Estando submetido à Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foi implantado nas Subseções de Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas; Canoas, Bento Gonçalves, Santiago e Novo Hamburgo.

B) GEDOC

É um sistema de gestão dos documentos, proporcionando-lhes: a) registro de geração e recebimento; b) agilização de consultas; c) administração do trâmite; d) vinculação de atividades; e) controle das respostas pendentes; f) integração de informações dentro da Instituição; g) gerenciamento de fluxos e tarefas; h) controle da temporalidade e destinação; i) padronização. Tem como efeitos a redução do uso do papel, o arquivamento eletrônico e a maior eficiência das atividades da Seção de Arquivo, destinatária final desses documentos.

Esse sistema já está implantado e em uso na totalidade da área administrativa, sendo que, na área judiciária, encontra-se em teste, como piloto, na 3ª Vara de Execuções Fiscais da Subseção de Porto Alegre.

C) GEDPRO

Configura-se como um aplicativo para gestão eletrônica de documentos processuais, já tendo sido ministrado treinamento para facilitadores no âmbito de toda a Seccional, bem como foi objeto de demonstração para os Diretores de Foro das Subseções. Tem como características: a) racionalização das atividades, pois auxilia na elaboração de textos judiciais, facilitando localização e acesso desses em cada momento do trâmite processual; b) padronização dos textos e a eliminação das cópias em papel na tramitação dos processos; c) integração ao SIAPRO. Está disponível para implantação nas Varas Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, e, por ser um sistema tipo web, pode ser acessado pela Intranet.

Além de disponibilizar textos para os demais membros do grupo de trabalho, permite, ainda, a pesquisa em toda a base de dados gerada, favorecendo o trabalho cooperativo.

D) Módulo de mandados no SIAPRO

Desenvolvido no intuito de unificar a base de dados dos mandados com o sistema de acompanhamento de processos (SIAPRO). Encontra-se implantado em Porto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Canoas.

E) Rotina para elaboração dos avisos de recebimento (AR) pelo SIAPRO

Proporciona a expedição, distribuição e recebimento dos avisos de recebimento (AR), com controle estatístico e lançamento automático de fases no SIAPRO, estando implantado em Porto Alegre, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Santa Maria e Rio Grande.

F) Gerenciamento de advogados dativos, tradutores e peritos

Permite o cadastramento, a intimação e o pagamento de dativos, tradutores e peritos via Internet e está integrado ao SIAPRO. Está sendo utilizado por toda a Seção Judiciária, gerando grande economia de papel e agilizando as rotinas de pagamento desses honorários, quer pela eliminação de ofícios, quanto pela redução quase total do movimento de "balcão" e de chamadas telefônicas do Núcleo Financeiro - os prestadores de serviço aludidos têm condições de verificar pela Internet se os pagamentos referentes a seus honorários encontram-se disponíveis na rede bancária.

G) Jurisprudência da turma recursal pela Internet

Disponibilizou-se o banco de jurisprudência da turma recursal pela Internet, diminuindo o movimento de "balcão" de partes e advogados para buscar a íntegra da decisão proferida.

Internet: transição de sistema discado para banda larga

Apenas Porto Alegre contava com o sistema de banda larga, que agiliza o acesso à Internet, enquanto que Subseções do Interior ainda utilizavam o sistema discado. A troca do sistema discado para banda larga em toda a Seção Judiciária, além da economia de pulsos telefônicos, melhorou sobremaneira a qualidade de uso da Internet e dos sistemas que trafegam por esse meio.

Diário Oficial na Intranet

Realizou-se a implantação dos diários oficiais na intranet, como mais um pleito derivado do encontro de diretores e que foi acolhido pela Administração, cujo *download* hoje é possível, reduzindo-se sensivelmente os diversos custos (aquisição, transporte, armazenamento, manuseio). Com isso, tornou-se viável o cancelamento de muitas assinaturas desse periódico na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, gerando economia

considerável de recursos públicos, na ordem de R\$ 288.775,44 (duzentos e oitenta e oito mil setecentos e setenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) nesta gestão.

Aquisição dos materiais de informática

Evolução do parque de equipamentos de informática - de 2000 a 20.05.05

Principais grupos de equipamentos	2000	2001	2002	2003	2004	20.05.05
Roteador	2	2	2	2	2	2
Comp. Central	3	3	3	3	3	4
No-break	3	3	6	25	27	27
Scanner	2	2	2	3	64	77
Servidor rede	9	9	21	32	40	53
Auto-Atendimento	21	21	20	20	57	70
Hub	105	110	111	125	58	136
Terminal	158	196	164	116	77	80
Switch	6	68	68	77	125	125
Impressora	973	935	1.004	1.127	1.199	1.248
Leitor óptico	144	144	156	316	1.359	1.503
Micros (*)	866	1.227	1.277	1.847	1.467	1.729
Note	3	29	28	147	180	200
Estabilizador	849	1.115	1.097	1.814	2.307	2.286
Total	3.144	3.864	3.959	5.654	6.965	7.540
Total de equipamentos	3.216	3.905	4.011	5.554	7.452	9.007

(*) - Micros com mais de 233 Mhz

Equipamento de videoconferência

Foi adquirido equipamento para realizar treinamento de pessoal, conferências, audiências e reuniões à distância. Com o propósito de integrar mais a Seção Judiciária, estão em processo de aquisição outras 06 (seis) unidades destinadas às Subseções de Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Santa Maria, Passo Fundo, Santo Ângelo e Rio Grande.

Sistema de gravação de áudio e vídeo para as Varas Criminais

Já está sendo utilizado como piloto na 1ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre, para fins de registro das audiências, convertido posteriormente em mídia eletrônica de alto padrão de qualidade. Representa significativa economia de tempo dos magistrados e partes, porquanto dotado o sistema de um indexador que facilita a localização de trechos mais relevantes dos depoimentos.

Experiência-piloto de assinatura digital

Cuida-se de um projeto piloto em curso na Subseção Judiciária de Porto Alegre, pelo qual, inicialmente, 10 (dez) juízes participam da experiência de certificação digital, que permitirá o uso de assinaturas eletrônicas em expedientes e sentenças gerados no sistema GEDPRO.

Projeto piloto de conciliação dos créditos comerciais da Caixa Econômica Federal junto à 1ª Vara Federal Cível de Porto Alegre

Como uma iniciativa pioneira no Brasil, realizada em conjunto entre o TRF da 4ª Região, a 1ª Vara Federal Cível de Porto Alegre e a Caixa Econômica Federal, promoveram-se tentativas de conciliação nos processos de discussão dos créditos comerciais relativos a essa instituição financeira.

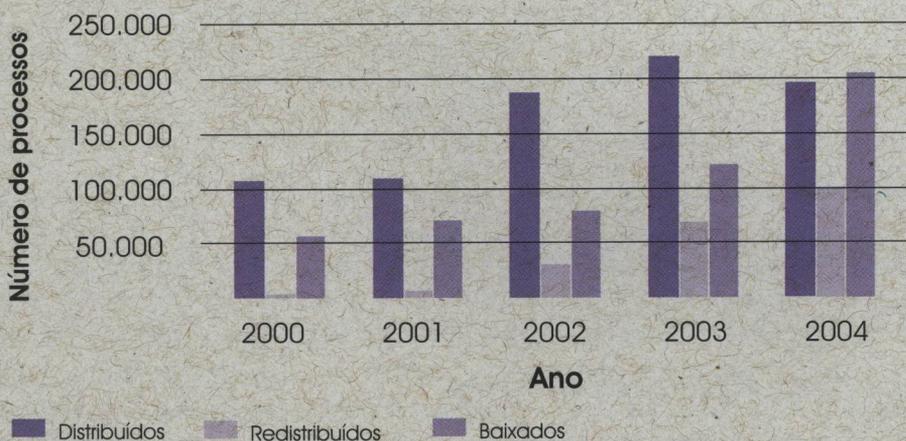
No período de 16 a 25 de maio de 2005, mediante a participação de 3 (três) magistrados designados para um mutirão, realizaram-se 81 (oitenta e uma) audiências de conciliação, com 72 (setenta e dois) acordos firmados - 89% (oitenta e nove por cento) de êxito -, pondo fim a um total de 92 (noventa e dois) processos judiciais.

III - Apoio Judiciário

Tendo em vista o elevado número de processos distribuídos, baixados e redistribuídos - em decorrência das especializações -, como se observa pelos dados a seguir relacionados, otimizaram-se procedimentos para melhor atender essas crescentes demandas.

ANO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	BAIXADOS
2000	106.450	3.445	56.841
2001	108.044	7.636	69.847
2002	185.650	31.730	78.872
2003	218.660	68.761	120.674
2004	194.745	99.835	202.650

Gráfico de Processos em Tramitação



Quiosques de auto-atendimento

Os quiosques de auto-atendimento são estruturas computacionais desenvolvidas para facilitar o acompanhamento processual, de partes e advogados, permitindo a impressão do extrato, inclusive para processos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sem a necessidade do comparecimento pessoal ao balcão da vara. São dotados de um software (programa) auto-instrutivo e permitem, ainda, a emissão de certidão negativa de distribuição, sem ônus para os interessados. Tais equipamentos estão disponíveis nos andares do prédio-sede da Capital, nas Subseções, no TRF da 4ª Região e na unidade de serviços da Ordem dos Advogados do Brasil de Porto Alegre.

Aperfeiçoamento do sistema de emissão das certidões

Aprimorou-se a utilização das certidões emitidas pela página da Justiça Federal na Internet, formato que também foi implementado nos terminais de auto-atendimento.

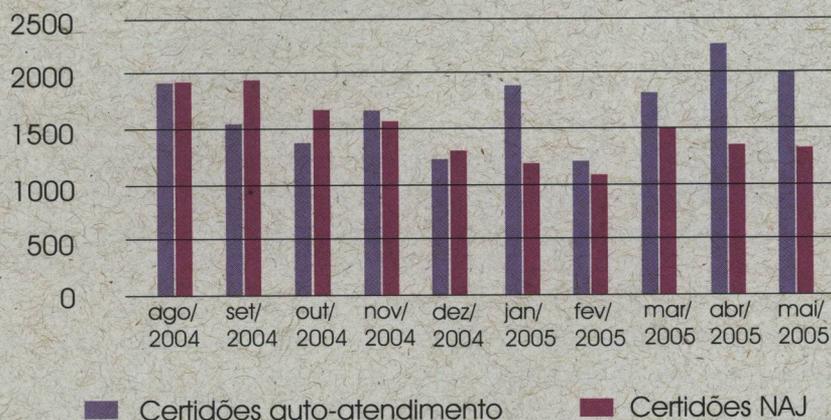
Projeta-se, ainda, uma maior qualificação na tarefa de emitir certidões, já que o TRF da 4ª Região, tendo como piloto a Subseção Judiciária de Porto Alegre, implantou programa de certidões regionais, em pleno funcionamento. Desse projeto podemos destacar a alteração nos tipos de certidão - interna ou externa, criminal ou outras - sendo que as certidões internas - para autoridades judiciais - poderão ser emitidas pelas Varas Federais, quando no âmbito da 4ª Região, havendo, ainda, o indicativo de que esse sistema seja integrado nacionalmente. Assim, reduziu-se sensivelmente o fluxo de pessoas que se dirigiam à Justiça Federal para buscar certidão, conforme dados que seguem:

Jun/ 2004	Jul/ 2004	Ago/ 2004	Set/ 2004	Out/ 2004	Nov/ 2004	Dez/ 2004	Jan/ 2005	Fev/ 2005	Mar/ 2005	Abr/ 2005	Mai/ 2005
2221	2638	1914	1541	1365	1650	1201	1884	1186	1803	<u>2252</u>	<u>1975</u>
2707	2038	1903	1920	1661	1549	1295	1166	1056	1475	1343	1315

Em abril e maio de 2005, incluem-se certidões regionais.

■ Certidões auto-atendimento ■ Certidões NAJ

Totais de certidões



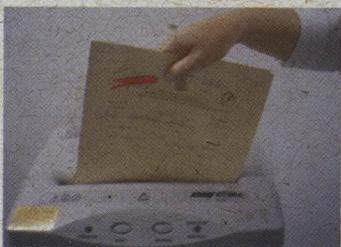
Serviço de atermção na Seção de Distribuição

Houve a integração das tarefas de atermção, antes vinculadas às Varas dos Juizados Especiais Federais, àquelas já desempenhadas pela Seção de Distribuição, a fim de dar cumprimento ao Provimento nº 01/2004 - TRF da 4ª Região (art. 6º, § único) e à Portaria nº 09/2004 - TRF da 4ª Região (art. 6º). Face às peculiaridades existentes, destinaram-se espaço físico, servidores e estagiários em número suficiente à realização desse serviço que, devido à sua crescente demanda, está passando por um processo de estruturação. Essa atividade é importante à efetiva prestação jurisdicional, considerando-se que a lei nº 10.259/2001 autoriza as partes a postularem junto à Justiça Federal, independentemente da representação por advogado. Possibilita-se, assim, a redução a termo, de forma técnica, da postulação da parte, perante um servidor dos quadros da Instituição.

Sistema de Protocolo Automático na Seção de Distribuição

Uma máquina de protocolo automático de petições foi colocada na Seção de Distribuição com o fim de tornar mais célere o atendimento, especialmente no que se refere a instituições e a escritórios com grande demanda, reduzindo, por conseguinte, o movimento do balcão dessa Seção, agilizando o atendimento.

Gestão Documental



A Seção de Arquivo ingressou em uma nova era na gestão de seus documentos, com a constituição de um grupo responsável pela avaliação, seleção, classificação e pelo descarte de documentos, processos administrativos e judiciais arquivados, bem como pela implantação do sistema informatizado de cadastramento e movimentação de documentos (GEDOC).

O grupo tem a incumbência de verificar quais documentos - judiciais e administrativos - são de guarda permanente, conforme regulamento do Conselho da Justiça Federal e de acordo com os critérios que os definem como de valor histórico, a fim de qualificar a sua guarda, em locais adequados, por pessoas treinadas para esse fim específico.

A partir dessa análise, o grupo indica os processos que são passíveis de eliminação, resguardada amostra estatística por força regulamentar.

Em uma primeira fase, todas as Subseções da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul participaram no sentido de enviar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região a totalidade dos processos que constituíam precedentes de súmula daquela Corte, para fins de guarda permanente. Ato contínuo, procedeu-se à separação de 1.528 (mil quinhentos e vinte e oito) processos que foram submetidos à análise do grupo. A Subseção de Porto Alegre destacou 190 (cento e noventa) processos como amostra; classificou 180 (cento e oitenta) como históricos; e eliminou, com as cautelas necessárias, 1.158 (mil, cento e cinquenta e oito) execuções fiscais, em caráter inédito no Brasil, juntamente com as demais capitais da 4ª Região (Florianópolis e Curitiba). Tal procedimento de eliminação, por picotagem, resultou em cerca de 145 (cento e quarenta e cinco) kg de papel, o qual foi doado à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com destinação posterior à Associação dos Catadores de Material Reciclável da Ilha Grande dos Marinheiros.

Já na segunda fase, a Subseção de Porto Alegre incluiu em edital de eliminação 73 (setenta e três) caixas de documentos administrativos e

2.149 (dois mil, cento e quarenta e nove) processos de execução fiscal; desses, destacou 126 (cento e vinte e seis) como amostra; definiu a guarda de 91 (noventa e um) pelo critério histórico; e, ainda, juntamente com as Subseções de Passo Fundo, Rio Grande, Santo Ângelo e Santa Maria, incluiu mais 4.607 (quatro mil seiscentos e sete) ações de agravo de instrumento.

O montante de documentos administrativos, agravos de instrumentos e execuções fiscais destinados à eliminação perfazem, aproximadamente, 2,8 toneladas de papel.

Além disso, o grupo está implantando, em caráter experimental na 3ª Vara Federal de Execuções Fiscais da Subseção de Porto Alegre, a gestão dos documentos administrativos produzidos pelas Varas Federais.

Como uma das conclusões desse trabalho, foi indicada a aquisição de estantes deslizantes com controles automáticos para guarda do acervo permanente de arquivo da Seccional, a fim de melhor utilizar o espaço disponível no prédio-sede, compra essa que está em fase de licitação.

Tiragem de contas judiciais ativas referentes a processos arquivados

Essa tarefa foi desenvolvida na Seção de Arquivo, a partir de relatórios enviados pela Caixa Econômica Federal, devidamente conferidos pelo Núcleo de Informática. Foram verificadas 6.300 (seis mil e trezentas) contas judiciais ativas localizadas em processos judiciais que já estavam na Seção de Arquivo da Subseção Judiciária de Porto Alegre, os quais foram encaminhados às respectivas Varas Federais de origem para providências.

IV - Apoio Administrativo

Procedimento de aquisição

As compras e contratações da Seção Judiciária em 2004 foram realizadas por intermédio de 232 (duzentos e trinta e dois) processos de aquisição de materiais e de contratação de serviços; 02 (dois) proce-

dimentos licitatórios na modalidade de convite, 15 (quinze) tomadas de preços, 02 (duas) concorrências e 87 (oitenta e sete) pregões.

O número de ajustes mantidos pela Seção Judiciária é de 173 (cento e setenta e três), sendo: 71 (setenta e um) contratos, 61 (sessenta e um) convênios, 25 (vinte e cinco) registros de preço e 16 (dezesseis) termos de permissão.

Publicidade dos procedimentos para aquisição de bens e serviços

Os processos de aquisições diversas da Seção Judiciária estão sendo publicados no Boletim Interno Informativo, conferindo maior transparência a esses procedimentos, de acordo com diretriz traçada pela Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Publicidade da relação de bens da INFRAERO na Internet

Foram lançadas na página institucional na Internet as listagens contendo a relação de bens deixados nas dependências do Aeroporto Salgado Filho, encaminhados a esta Justiça Federal pela INFRAERO.

Essa iniciativa permitiu maior alcance na divulgação aos interessados.

Aperfeiçoamento do serviço de almoxarifado

No tocante ao atendimento aos usuários, teve início no prédio-sede a entrega de material de consumo proveniente da Seção de Almoxarifado, mediante calendário previamente divulgado.

Com isso, as unidades, principalmente a área judiciária, reduziram o afastamento de servidores para este fim.

V - Apoio Operacional

Mudanças das unidades

No prédio-sede da Capital, as seguintes unidades mudaram suas

instalações para espaços com leiautes mais funcionais: Direção do Foro, Núcleo de Apoio Operacional, Contadoria, Turma Recursal, Central de Mandados, Biblioteca, Psicologia, Serviço Social e Desenvolvimento Humano. Mediante os novos leiautes, propiciou-se o incremento da qualidade de vida do trabalho, levando-se ao melhor fluxo de tarefas e de informações, além de viabilizar-se a melhoria na circulação das pessoas.

Reestruturação das tarefas

No intuito de otimizar rotinas de trabalho pertinentes, bem como melhor supervisionar os empregados terceirizados, efetuou-se a separação das Seções de Serviços Gerais e de Protocolo-Expedição de documentos. A primeira passou a gerir o contrato terceirizado de limpeza e conservação, enquanto que a segunda passou a atuar exclusivamente com o recebimento e destinação das correspondências que circulam na Justiça Federal.

Instalações e manutenção

No âmbito da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, destacaram-se, a título de exemplo, os seguintes serviços de instalações e manutenção:

I - Em relação ao prédio-sede da Seccional:

- A)** Limpeza dos dutos de ar condicionado, de acordo com a Resolução nº 09/2003 - Ministério da Saúde;
- B)** Substituição das torres de arrefecimento da central de ar condicionado, a fim de atenuar o alto nível de ruídos gerados pelo equipamento, bem como problemas de saúde;
- C)** Restauração da central de gás;
- D)** Alteração no leiaute de várias unidades;
- E)** Início dos trabalhos de substituição do piso nos diversos ambientes;
- F)** Instalação dos sensores de presença nas escadas, gerando grande economia no consumo de energia elétrica;
- G)** Melhoria no funcionamento dos portões da garagem;
- H)** Recuperação do revestimento das paredes externas e de superfícies internas, bem como fixação do granito nas escadas de acesso;

I) Reforma (estrutura, impermeabilização, pintura, abertura) de 03 (três) guaritas e instalação de mais uma.

II - Em relação às Subseções do Interior da Seccional:

A) Restauração de diversos condicionadores de ar, promovendo-se grande economia ao erário nesses procedimentos;

B) Impermeabilização de terraços e substituição do revestimento de piso no prédio de Santa Maria;

C) Especificação e fiscalização dos serviços de adequações para a instalação da nova sede de Caxias do Sul;

D) Reformas e adaptações do 5º e do 6º pavimentos do prédio onde está instalada a Subseção de Bento Gonçalves;

E) Construção ou reforma em: banheiro e rampa para deficientes físicos, instalações do Juizado, copa para lanches, guarita, além de impermeabilização do telhado, em Passo Fundo;

F) Ampliação do espaço interno das Varas Federais, após a mudança da Caixa Econômica Federal, em Uruguaiana;

G) Ampliação das instalações do arquivo, bem como reforma do espaço destinado à nova Vara do Juizado de Novo Hamburgo;

H) Instalação do sistema de câmeras de vigilância, em Canoas.

III - Em relação à Seção Judiciária

A) Contratação de empresa para a elaboração de projetos e serviços técnicos de engenharia e arquitetura, bem como para acompanhamento das obras;

B) Supervisão e apoio técnicos nas instalações das novas Subseções e Varas Federais da Seccional;

C) Aumento do quadro de artífices terceirizados, visando ao atendimento mais célere das Varas Federais, tanto da Capital quanto do Interior, pois apenas no ano de 2004, foram realizados 4.853 (quatro mil oitocentos e cinquenta e três) atendimentos de rotina e manutenção predial.

Estrutura exclusiva para eventos de recursos humanos

Disponibilizou-se uma sala no 3º andar - ala oeste do prédio-sede para a realização de cursos, treinamentos, entrevistas, grupos e reuniões,



estando inclusive equipada com 08 (oito) microcomputadores, em caráter permanente.

Modernização dos elevadores do prédio-sede

Permite um melhor atendimento às pessoas portadoras de deficiência, uma vez que dotado de um sistema de som e imagem para divulgar a localização do elevador em cada andar. Concomitantemente, instalou-se novo programa que otimiza o uso dos elevadores nos horários de maior movimento, impedindo que todos os módulos se desloquem em conjunto para o mesmo chamado. Essa implantação também deu autonomia ao elevador de carga, o qual anteriormente era acionado em conjunto com os demais que serviam a mesma lateral do prédio-sede.

Investimentos na frota de veículos

A Seção de Transportes, no ano de 2004, deu continuidade ao processo de manutenção e renovação da frota oficial, por meio da compra de 07 (sete) veículos, considerando a criação das novas Subseções, com a finalidade de atender à crescente demanda de deslocamentos.

Evolução e modernização das centrais telefônicas

A instalação ou substituição de 13 (treze) centrais telefônicas de última geração, alimentadas por tronco digital DDR (discagem direta a ramal), com inserção automática de operadora e identificação de chamada, contribuiu para a evolução do parque de telecomunicações da Seccional, de acordo com os dados que seguem:

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Números de centrais	10	12	14	14	17	20
Ramais em operação	692	754	784	882	962	1282
Ramais disponíveis	826	904	968	968	1148	1538
Expansão possível	1026	1106	1170	1170	1482	2662
Troncos digitais	3	3	6	6	12	17
Capacidade de tráfego (Erlangs)	154	176	246	249	309	509

OBS: Dados atualizados até o dia 31.05.05

VI - Contadoria

Modernização da infra-estrutura

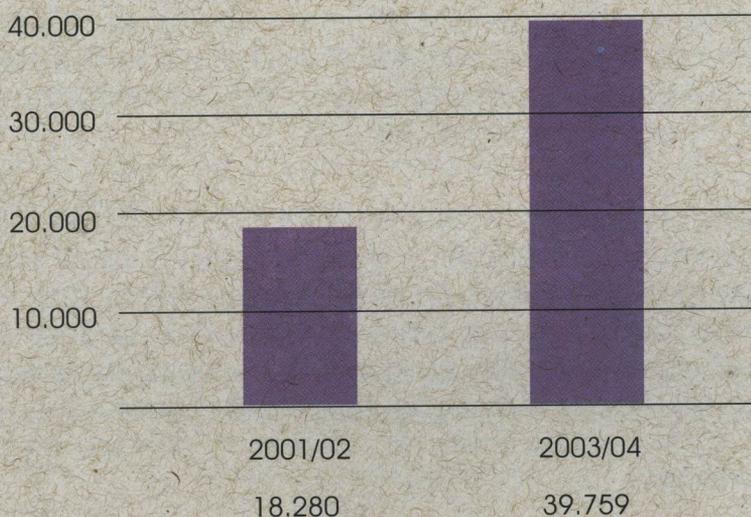
Um dos objetivos da gestão foi melhorar a capacidade de execução de cálculos e relatórios; para tanto, decidiu-se investir em adequação do ambiente laboral, mediante a alteração do leiaute do Núcleo de Contadoria, o qual foi transferido para um espaço físico amplo e preparado para minimizar o nível de ruído, proporcionando-se, assim, as melhores condições de trabalho para os profissionais envolvidos nessas tarefas.

Em termos de recursos humanos, foram acrescentados ao quadro 01 (um) servidor, 05 (cinco) estagiários e 01 (uma) empregada terceirizada para suporte telefônico, liberando, desse modo, os profissionais de cálculo para suas funções diretas.

Quanto à capacidade de processamento informático, viu-se a renovação total do parque computacional pré-existente, tornando-se compatível com a grande exigência dos programas utilizados (planilhas de cálculos) e, junto com duas novas impressoras a laser, ajudaram na melhoria dos índices de produtividade, suportando o aumento do número de cálculos elaborados.

Tais progressos implicaram um aumento considerável, tanto da produção quanto da produtividade, que se refletiu diretamente na quantidade de processos elaborados, passando-se de 6.870 (seis mil oitocentos e setenta) processos em 2001 para 11.410 (onze mil, quatrocentos e dez) em 2002; e de 18.103 (dezoito mil cento e três) em 2003, chegando-se a 21.656 (vinte e um mil seiscentos e cinquenta e seis) em 2004. Portanto, nesta gestão houve um incremento de 117% (cento e dezessete por cento) nos processos elaborados pela Contadoria.

Gráfico de Processos Elaborados



PROJEF - programa de cálculos

Em caráter inédito no âmbito da Justiça Federal do Brasil, em junho de 2004 disponibilizou-se na página institucional da Internet o *download* do programa de cálculo denominado PROJEF.

Inicialmente direcionado para os Juizados Especiais Federais, o utilitário é gratuito, de fácil instalação e operação, tendo sido desenvolvido em conjunto pela Contadoria de Porto Alegre e pela Subseção de Bento Gonçalves, com assessoria do Núcleo de Informática da Seção Judiciária.

Mediante convênio firmado, o PROJEF também foi instalado em computadores da Ordem dos Advogados do Brasil (Porto Alegre-RS), localizados nos prédios da Justiça Federal de 1ª e de 2ª Instâncias, além da Casa da OAB e da OAB Serviços, ambos nesta Capital.

Ministram-se cursos em Porto Alegre (3) e em Passo Fundo (1), destinados a público formado por advogados, peritos, servidores, estudantes, dentre outros interessados.

Desde o lançamento do PROJEF, já foram realizados cerca de 10.000 (dez mil) *downloads* do programa. Instituiu-se a conta eletrônica projef@jfrs.gov.br para manter contato direto com os usuários, a título de esclarecimentos, verificando-se que está sendo utilizado no interior do Rio Grande do Sul e em diversos estados, tais como São Paulo, Bahia, Paraná, Acre, Ceará, Rio de Janeiro, Santa Catarina.

São diversos os benefícios advindos da instalação do PROJEF, citando-se alguns, tais como: a) o autor pode ajuizar a petição inicial juntamente com um cálculo, o que agiliza o andamento do processo; b) conferência que está sendo realizada, por parte de Varas dos Juizados Especiais Federais, para definir se o valor da ação está dentro do limite fixado para a sua competência; c) verificação pelas Varas Federais dos cálculos apresentados pelas partes, evitando a tarefa da remessa do processo para a Contadoria.

JUSPREV - programa de cálculos

Também em caráter inédito no âmbito da Justiça Federal do Brasil, em setembro de 2004 disponibilizou-se na página institucional da Internet o programa intitulado JUSPREV, para efetuar cálculo *on-line* no tipo de ação previdenciária do IRSM de fev-1994 (39,67%).

Desenvolvidos pelos Núcleos de Contadoria e Informática da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, possibilita ao usuário lançar dados *on-line* e em seqüência gerar o relatório, sem precisar efetuar o *download* do programa. Como esse cálculo se trata de um procedimento complexo, o benefício do JUSPREV se traduz na simplicidade com que o usuário insere valores que constam nos documentos da concessão do benefício, com a conseqüente execução rápida do cálculo.

Desde a sua implantação, já foram realizados 4.618 (quatro mil, seiscentos e dezoito) cálculos com sucesso. Assim como o PROJEF, esse programa possui uma conta eletrônica para contato com os usuários, através da qual verificou-se sua utilização em várias cidades do Rio Grande do Sul e em diversos estados do Brasil.

Agilização de procedimentos junto às Subseções do Interior

Implantou-se a página da Contadoria na Intranet, a qual disponibilizou todos os programas de cálculo que as Subseções do Interior necessitam, trazendo como benefício eliminação das tarefas de gravação e envio desses utilitários por malote para o interior da Seccional, economizando-se tempo e custos.

Treinamentos

Houve treinamento e atualização dos calculistas, tanto da Capital, quanto do Interior, em períodos de duração aproximados de uma semana.

Realizou-se um curso sobre matéria previdenciária para calculistas de toda a Seccional.

Participação na Comissão de Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos

O Conselho da Justiça Federal constituiu comissão de servidores, com intuito de reformular o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal. Esse grupo, que se reuniu periodicamente em Brasília, contou com a colaboração do diretor do Núcleo de Contadoria - RS, o qual participou com sugestões para elaboração do texto definitivo.

Normatização

Editou-se a Portaria nº 111/2004-DF, a qual fixou critérios a serem observados pela Contadoria na ordem de elaboração dos cálculos, permitindo a melhor organização interna para atender às demandas oriundas das diversas Varas Federais da Seccional.

VII - Convênios

Cooperação mútua com a Secretaria da Justiça e da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Visando ao intercâmbio em atividades de interesse da Segurança Pública, com as seguintes obrigações:

I - Por parte do Estado do Rio Grande do Sul:

- A)** Integrar a Justiça Federal ao Sistema de Inteligência Estadual - Guardiã;
- B)** Oportunizar a participação dos servidores da Justiça Federal em cursos de qualificação de pessoal;
- C)** Atender as requisições judiciais no que se refere às interceptações telefônicas e quebra de sigilo telefônico, através do Sistema Guardiã.

II - Por parte da Justiça Federal:

- A)** Transmitir informações, ressalvadas as atinentes aos processos que

tramitam em segredo de justiça, de interesse da segurança pública ao Departamento de Inteligência e Assuntos Estratégicos da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul;

B) Destinar, por doação, mobiliário e equipamentos de informática em desuso para a Instituição, mas em bom estado de conservação, à Secretaria da Justiça e da Segurança;

C) Arcar com os custos atinentes à participação dos servidores da Justiça Federal, nos cursos de qualificação de pessoal.

Cooperação técnica com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Com o objetivo de promover o acesso, a adesão e a utilização da Justiça Federal do Rio Grande do Sul à base de dados do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, disponibilizando inclusive os Sistemas de Compras Eletrônicas (Pregão Eletrônico, Presencial, Cotação Eletrônica de Preços).

Acordo operacional com a TELET S.A. (Claro)

Com a finalidade de estabelecer as condições operacionais para a transferência de informações cadastrais dos assinantes da TELET (CLARO) à Justiça Federal, por meio eletrônico, úteis à Central de Mandados para fins exclusivos de cumprimento de ordens judiciais.

V - DESENVOLVIMENTO HUMANO

O principal patrimônio da instituição são as pessoas que nela trabalham. Portanto, a partir dessa premissa, investimentos em desenvolvimento humano não só servem para qualificar o desempenho técnico das funções, mas também propiciam um clima organizacional agradável para todos. Mesmo com resultados que devem ser colhidos a longo prazo, a construção de um quadro com os trabalhadores mais conscientes, satisfeitos, saudáveis, integrados, valorizados e tecnicamente aperfeiçoados implica serviço público e prestação jurisdicional de melhor qualidade.

Na certeza de que o maior valor da organização é o ser humano, realizaram-se programas com o intuito de desenvolver as capacidades, o bom relacionamento, a saúde, o bem-estar, a integração e o lazer dos magistrados, servidores, estagiários, empregados terceirizados e voluntários da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Esses projetos só foram passíveis de execução devido a uma concepção integral da gestão de recursos humanos, em que se conquistou e se mantém um elevado padrão de qualidade referente aos pressupostos inerentes à essa área, tais como: pagamento, benefícios, cadastro, admissão, desligamento, frequência, funções, férias, averbações, vantagens, remoções, bem como a evolução de conceitos como integração, carreira, acompanhamentos psicossocial e médico, cursos, treinamentos.

Segue demonstrativo da evolução do quadro laboral da Seccional.

	2000	2001	2002	2003	2004	Mai/05
Servidores	1206	1280	1306	1292	1381	1393
Magistrados	81	106	116	115	123	123
Estagiários	164	181	256	285	320	340
Voluntários	0	0	0	0	71	58

Desenvolvimento Gerencial - Programa de Competências Coletivas

O Programa de Desenvolvimento Gerencial vem sendo construído desde 2000 e tornou-se realidade nesta gestão, dado o investimento de parcela expressiva da dotação orçamentária, no quantitativo de R\$ 307.830,00 (trezentos e sete mil, oitocentos e trinta reais) ou 42% (quarenta e dois por cento) do total destinado para capacitação de recursos humanos, que foi de R\$ 738.198,40 (setecentos e trinta e oito mil, cento e noventa e oito reais e quarenta centavos).

O Desenvolvimento Gerencial foi criado a partir de necessidades pesquisadas pela Seção de Desenvolvimento Humano, como um conjunto inseparável dos Programas de Ergonomia e de Ginástica Laboral. Seu motivador básico residiu na constatação de que a Justiça Federal tinha práticas de gestão de pessoas incompatíveis com as atuais relações de trabalho e de que esta realidade era geradora de desgaste tanto dos gerentes quanto dos servidores, os quais eram bons técnicos e ascendiam à condição de gerentes sem ter a noção ou o compromisso de que isso implicava a coordenação da equipe. Até então, esse significava, no máximo, realizar a escala de férias, distribuir tarefas, fazer indicações de função comissionada, ficando adstrito ao serviço técnico. Sendo esse um modelo defasado e, portanto, sucumbente às rápidas demandas e transformações por que passa esta Instituição, optou-se por qualificar a gestão de pessoas. Como consequência, o Desenvolvimento Gerencial surgiu para suprir essa lacuna e dar suporte para os servidores que integram a camada gerencial.

Trata-se de um projeto de longo prazo, cujo objetivo é a formação e o desenvolvimento de equipes e lideranças, bem como o fomento da filosofia de construção coletiva e visão estratégica na Organização.

Após a etapa inicial, denominada **Gerencial Básico**, fez-se necessária a sua continuidade. Assim, realizou-se um planejamento plurianual em que o Programa de Desenvolvimento Gerencial converteu-se no Programa de Competências Coletivas, ampliando o público-alvo inicial. Objetiva a preparação da Instituição como um todo, não apenas dos seus gerentes, terminando por capacitar a totalidade da equipe para a gestão de pessoas.

Como resultado, atualmente 04 (quatro) turmas - englobando Diretores de Secretaria e Supervisores de Apoio Judiciário e Administrativo, bem como 02 (duas) turmas de Supervisores da Área Administrativa de Porto Alegre - concluíram a etapa básica, contando com a participação de 103 (cento e três) servidores no total. Os participantes poderão realizar a etapa avançada do programa, porquanto o seu formato já está definido, a contratação encontra-se em andamento e os recursos orçamentários estão devidamente alocados.

Fóruns temáticos

Houve a produção de fóruns com assuntos específicos (juizado, oficiais de gabinete, cível, criminal), com o intuito de transmitir conhecimentos, bem como de possibilitar um ambiente para a discussão e a troca de experiências entre os servidores. O formato do evento buscou viabilizar a construção de dois eixos de inovação: a manutenção dos diretores e a inserção dos demais servidores. Isso porque a motivação do servidor, que leva e propõe uma inovação na sua unidade, pode ser ainda maior do que daquele que se condiciona a executar uma inovação trazida pelo diretor.

Assim, atuou-se em duas frentes: servidores - com os fóruns temáticos - e diretores - Encontro de Diretores de Secretaria e de Núcleo pela Qualidade.

Programa de Ergonomia



Após a fase de levantamento de dados feita em todas as unidades de Porto Alegre, ainda na gestão anterior, deu-se continuidade ao programa que busca prevenir a incidência de doenças relacionadas ao trabalho, valorizando-se as opiniões dos servidores quando da participação na pesquisa. Como consequência desse trabalho coletivo, definiu-se e encontra-se em processo de aquisição o mobiliário ergonômico para unidades-piloto, que são a 2ª Vara Federal de Execuções Fiscais e o Núcleo de Apoio

Judiciário - Seção de Distribuição, além da 1ª e 3ª Varas Federais de Execuções Fiscais, bem como estão na fase de viabilização com estudo de leiaute o Núcleo de Informática e as Varas Federais dos Juizados Especiais Cíveis - 1º e 2º - da Subseção de Porto Alegre. Sob a mesma concepção, buscando o melhor aproveitamento do espaço físico, foram realizadas obras nas instalações físicas dessas unidades, que passam por reformas no piso, na pintura, na iluminação, nas divisórias e no mobiliário, concebendo-se, dessa forma, um novo leiaute que oferece melhores condições de trabalho.

Contudo, a ergonomia não se restringe a leiaute, mesas e cadeiras (fase emergencial para a saúde), pois abarca também as relações no trabalho e a forma como esse se organiza.

Para atender a essa visão ergonômica, está sendo constituído o COERGO (Comitê de Ergonomia), com a finalidade de propor ações nos próximos dois anos, objetivando a disseminação e a defesa dos conceitos da ergonomia nas diversas providências administrativas e na realidade de trabalho das unidades. O Comitê reúne-se semanalmente e está trabalhando na definição de seus objetivos e atribuições, para futura divulgação à comunidade da Seccional, bem como está assessorando as reformas das unidades piloto.

Continuação do Programa de Ginástica Laboral

Concluiu-se o procedimento licitatório, com o que houve a contratação de 3 (três) empresas prestadoras de serviços, visando à continuidade do programa de ginástica laboral compensatória. Tal serviço, que havia iniciado em Porto Alegre, atualmente também está sendo executado, como resultado de uma reivindicação dos Diretores de Secretaria, nas seguintes Subseções do Interior da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul: Bagé, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Cruz Alta, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo e Uruguaiana.

Campanhas de saúde

Promoveram-se diversas campanhas destinadas à melhoria de saúde dos servidores, tais como:

- A)** Prevenção de fatores de risco para doenças cardiovasculares nas Subseções de Canoas, Santana do Livramento, Bagé, Passo Fundo, Rio Grande e Pelotas, com atendimento total de 314 (trezentos e catorze) servidores;
- B)** 4º Campanha de prevenção de fatores de risco para doenças cardiovasculares na Subseção de Porto Alegre, com 250 (duzentos e cinquenta) servidores inscritos;
- C)** Vacinação contra gripe, com a participação de 98 (noventa e oito) pessoas, entre servidores ativos e inativos da Justiça Federal, bem como de seus dependentes;
- D)** Doação de sangue na Subseção de Porto Alegre, através do Hemocentro do Hospital de Pronto Socorro, com a participação de 81 (oitenta e uma) pessoas e com 50 (cinquenta) doações efetivadas.

Também foram realizadas oficinas de prevenção ao câncer de mama nas Subseções de Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo, com a participação total de 78 (setenta e oito) servidoras e palestra sobre o tema, ocasião em que compareceram 61 (sessenta e uma) pessoas.

Além de investir-se na prevenção, adquiriu-se um desfibrilador para o prédio-sede de Porto Alegre, como suporte a eventuais atendimentos de emergência.

Programa de integração dos novos servidores

A partir de demanda apresentada pelos Diretores, de que as unidades não têm tempo para o fornecimento de noções institucionais e organizacionais a um servidor novo; implementou-se a posse centralizada de novos servidores em Porto Alegre; seguida de integração e treinamento. O objetivo geral da atividade é a contextualização dessas pessoas na realidade da Justiça Federal, sob os seguintes aspectos: a) relacionamento com outros órgãos e seus papéis; b) competências administrativa e judicial; c) funções da Vara Federal; d) principais matérias dos processos judiciais; e) atendimento ao público; f) benefícios e diárias; g) gestão de pessoas (frequência, avaliações de desempenho, principais demandas dos gerentes ao Núcleo de Recursos Humanos); h) distribuição de processos; i) atividades cartoriais; j) apresentação do sistema eletrônico SIAPRO.

Considerou-se que o início da carreira é fundamental para o desenvolvimento do servidor na Organização e que, se esse for adequadamente recebido, com mais facilidade gerar-se-á vínculo afetivo entre ele e a Instituição, um passo fundamental para que o novo servidor seja motivado a investir sua força de trabalho e de criatividade.

Política de lotações

Incrementaram-se as atividades de lotação, no sentido de consolidar o Programa de Lotação e Movimentação Funcional, que tem por escopo harmonizar o perfil profissional (conhecimentos, habilidades) e expectativas dos servidores que ingressam e dos que já estão na carreira com as necessidades de lotação, a fim de otimizar a gestão dos recursos humanos. Observou-se, como efeito do uso dessa ferramenta, a diminuição da rotatividade e do nível de insatisfação dos servidores.

Voluntariado

Após uma experiência piloto bem sucedida na Subseção Judiciária de Porto Alegre, o serviço voluntário foi estendido para toda a 4ª Região. O programa tem como objetivo recrutar pessoas que tenham interesse em adquirir experiência e contribuir com a sociedade, trabalhando de forma voluntária. Podem participar servidores aposentados da Instituição e estudantes (acima de 18 anos) ou formados nas áreas de direito, medicina, psicologia, arquivologia, assistência social, secretariado, administração de empresas, contabilidade, engenharia, publicidade e economia. Os selecionados poderão prestar serviços pelo prazo de 06 (seis) meses, prorrogáveis por igual período. Atualmente são 58 (cinquenta e oito) voluntários em toda a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Música nas unidades de trabalho



A iniciativa objetivou trazer a música para dentro da Instituição e proporcionar momentos de integração e de lazer entre os servidores, minimizando os efeitos do estresse no trabalho. Esse projeto é uma parceria entre o Coral Renascer e a Seção de Desenvolvimento Humano. Em 2004, foram visitadas 18 (de-

zoito) unidades em Porto Alegre.

Valorização do empregado terceirizado

Investiu-se em um grupo existente e que deve ser considerado na força de trabalho institucional, que é aquele formado pelos empregados terceirizados, os quais realizam atividades da área meio (vigilância, copa, faxina). Com os objetivos de valorização humana, de motivação, de aperfeiçoamento profissional e de inclusão social desse grupo de pessoas - almejando, ademais, a construção de um clima organizacional mais agradável para todos -, realizaram-se campanhas em benefício desses trabalhadores (por exemplo, distribuição de bombons na páscoa), assim como convites para eventos (Semana da Consciência Negra) e oferta de cursos de informática (convênio com a 1ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre).

Como resultado, receberam-se depoimentos de servidores e magistrados demonstrando a satisfação com os serviços prestados pelos empregados terceirizados.

Convênios

Dando seguimento a iniciativas já existentes, firmaram-se convênios com instituições bancárias (CEF, SICREDI-AJURIS), proporcionando facilidades para a obtenção de crédito aos magistrados e servidores.

Ainda estabeleceu-se convênio com a AABB (Associação Atlética Banco do Brasil Porto Alegre), para fins de propiciar a utilização das suas dependências pelos servidores e magistrados ativos e inativos, na qualidade de associados conveniados.

VI - RESPONSABILIDADE SOCIAL



A Comissão "Justiça Solidária" tem realizado diversas campanhas para o amparo das comunidades carentes. Consciente da necessidade de promover iniciativas mais amplas em benefício da sociedade, contemplando diretrizes como a valorização humana e o combate às discriminações, evoluiu das práticas assis-

tenciais ao desenvolvimento do conceito da Responsabilidade Social do Poder Judiciário, em geral, e da Justiça Federal, em particular. Assim, foram formulados os eventos e projetos que seguem.

I - Justiça Solidária

Campanhas

Dando continuidade às atividades atinentes ao Projeto "Justiça Solidária", iniciado na gestão 2001-2003 com a finalidade de unificar e fortalecer as ações voluntárias destinadas ao bem-estar social das comunidades carentes, foram realizadas 08 (oito) campanhas neste biênio (2003-2005). A partir dos resultados obtidos em Porto Alegre, houve a expansão para o Interior do Estado. Em parceria com a Secretaria da Receita Federal, estão sendo efetuadas doações de mercadorias apreendidas (jaquetas, brinquedos etc.), as quais já foram repassadas para instituições beneficentes nas Subseções Judiciárias de Porto Alegre, Rio Grande e Santa Maria, encontrando-se tal procedimento devidamente regulamentado por ato normativo (Portaria nº 01/2005-DF).

Entidades beneficiadas

Aldeia SOS
SPAAN
Assoc. Casa Menina de Rua
Soc. Educacional Beneficente Emanuel
Creches de Ação Social Dom Orione
Casa Amarela das Araucárias
Casa de Atendimento ao Idoso Lar da Humildade
Soc. Espírita Ramiro Dávila
FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania



Campanha do Agasalho 2004
Lar da Humildade

Dia do Voluntariado - Responsabilidade Social

O Dia do Voluntariado, ocorrido em 16-06-2004, foi outro momento de grande mobilização em toda a Seção Judiciária, desencadeando, no âmbito da 4ª Região, no Dia da Responsabilidade Social, evento este que agora incide anualmente, em caráter ordinário, a cada dia 16-06 (Resolução nº 60/2004-TRF/4). Magistrados, servidores e estagiários empenharam-se em favor de diversas campanhas, como doação de sangue, de fraldas geriátricas ou de materiais para infra-estrutura de entidades assistenciais.

Páscoa para os empregados terceirizados

Com o propósito de investir no público interno, foram realizadas campanhas, em 02 (duas) edições anuais, para arrecadação de bombons destinados aos empregados terceirizados da Subseção de Porto Alegre, implicando sensível valorização humana desse quadro.

Auxílio aos flagelados da enchente ocorrida em Pelotas

Diante do contexto apresentado, também foram empreendidos esforços no auxílio às vítimas da enchente ocorrida na Região de Pelotas. A título de colaboração, a Subseção de Porto Alegre levantou donativos (134,770kg, sendo 109,1 kg de alimentos e 25,670 kg de roupas), que foram entregues aos flagelados.

Semana da Consciência Negra



Promoveram-se anualmente a I e II Semanas da Consciência Negra, constituídas em atividades culturais como exposição de artistas plásticos locais, seminários temáticos e divulgação na Internet de decisões judiciais federais referentes à discriminação. Tais atividades motivaram o debate jurídico em favor da

realização dos princípios constitucionais fundamentais da cidadania, da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

Inclusão digital, profissional e social



Ainda considerando o caráter de desenvolvimento humano dentro da perspectiva da Responsabilidade Social, lançou-se o **Projeto de Inclusão Digital, Profissional e Social**. O programa é dirigido aos empregados terceirizados da Subseção de Porto Alegre (copa, limpeza, serviços gerais), com a meta de investir na

valorização humana, no aperfeiçoamento profissional e na inclusão social. Para não burocratizar e aumentar a estrutura administrativa, aproveitou-se a já existente na 1ª Vara Criminal (Execuções Penais), que mantém convênios com entidades assistenciais para a prestação de serviços, via pena alternativa à prisão, sendo que essa unidade judiciária intermediou a disponibilidade de vagas em cursos de informática, construindo assim um clima organizacional cada vez mais sensível, agradável e motivador para a prestação de bons serviços. A consagração dessa iniciativa teve como ápice a formatura, no curso básico de informática, de 13 (treze) empregados terceirizados. Atualmente, cerca de 30 (trinta) empregados terceirizados participam do curso.

Portas Abertas

Em relação ao caráter educativo, foi lançado o **Projeto Portas Abertas - Levando as Escolas à Justiça**, voltado aos estudantes do nível médio e superior. Com vistas a maior compreensão sobre as instituições, ao exercício da cidadania e à conscientização vocacional dos alunos, a perspectiva também é de gerar reflexos construtivos de cidadania no futuro da nossa própria comunidade. Através de visitas dirigidas ao prédio ou às próprias escolas, os alunos recebem informações institucionais (Estado, Poder Judiciário, Justiça Federal etc.), assistem à audiência, manuseiam processos judiciais, conversam com magistrado, esclarecem diversas dúvidas. Assim, a Instituição Justiça Federal interage com a sociedade, melhorando a sua própria imagem diante dela. Até o momento, já são 387 (trezentos e oitenta e sete) participações, em 14 (catorze) eventos, inclusive contando com visitantes da Universidade Católica de Montevideu - Uruguai.

II - Convênios

Prestação de serviços gratuitos à Justiça Federal - 1ª Vara Criminal de Porto Alegre

Visando à ampliação dos benefícios sociais, firmou-se convênio com a 1ª Vara Federal Criminal (Execuções Penais) de Porto Alegre, por meio do qual apenados passaram a executar tarefas operacionais nas áreas meio e fim da Justiça Federal, sendo de destacar a disponibilização de aulas de jiu-jitsu e defesa pessoal, ministradas por apenado qualificado, mediante o dispositivo da substituição da pena privativa de liberdade por prestação gratuita de serviços. Tendo como objetivo a qualificação do grupo dos agentes de segurança, investindo no condicionamento físico e no aprendizado das técnicas de defesa e imobilização, foram, de forma subsidiária, disponibilizadas vagas aos servidores, estagiários e empregados terceirizados da capital.

Melhorias para a infra-estrutura das escolas públicas estaduais



Estabeleceu-se convênio entre a Justiça Federal e a Secretaria Estadual da Educação (RS), com a finalidade de proporcionar o cumprimento de penas alternativas aos réus condenados, mediante a prestação de serviços nas escolas públicas do Estado. Tal medida acarretou sensível ampliação das oportu-

nidades de cumprimento das penas, sendo exemplo a possibilidade do apenado prestar serviços no período da noite e nos finais de semana. Essa iniciativa alcança o âmbito estadual, pois os juízes do interior do Estado podem assentir ao convênio pela assinatura de um termo de adesão. Trata-se, portanto, de um projeto de educação ampliado, que permite não só a maior inclusão do apenado, mas também a melhoria da infra-estrutura física das escolas públicas carentes de recursos, implicando redução dos custos de manutenção para o Estado e maior facilidade de colocação dos apenados oriundos da Justiça Federal. De acordo com a Secretaria Estadual da Educação, esse convênio entra para a história, posto que é pioneiro na área.

Projeto "Trabalho Educativo e Cidadania na Justiça Federal"

Efetivou-se a duplicação do número de vagas desse convênio, anteriormente firmado com a FASERGS, cujo objetivo é oferecer vagas de trabalho educativo para adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa (faixa etária dos 16 aos 17 anos), realizando tarefas pedagógicas para fins de construção da cidadania.

Importante salientar que esse projeto assume tanto o aspecto de desenvolvimento humano - estímulo ao investimento no outro, com retorno pessoal aos servidores participantes -, quanto o de responsabilidade social - auxílio à sociedade na concretização de uma medida sócio-educativa.

Atualmente são 10 (dez) vagas oferecidas, sendo 05 (cinco) para as Subseções do Interior e 05 (cinco) para Porto Alegre.

III - Assistência Judiciária Gratuita

A Assistência Judiciária Gratuita é prestada por advogados que cursam a Escola Superior da Magistratura Federal e a Escola Superior do Ministério Público, mediante convênio que tem como objetivo oferecer atendimento jurídico gratuito à população carente e, em contrapartida, proporcionar ao aluno-assistente a oportunidade da prática profissional e do aperfeiçoamento nas matérias de competência da Justiça Federal. Assim, contribui para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela Instituição. Destaca-se o investimento realizado na ampliação da estrutura - física - com a mudança para um espaço maior, - tecnológica - computadores, scanners, contador de atendimentos, - e de recursos humanos - cadastramento de mais 15 (quinze) defensores, totalizando um montante de 30 (trinta) advogados. De 2004 até o final da gestão foram realizados cerca de 11.350 (onze mil trezentos e cinquenta) atendimentos. Em torno de 40% (quarenta por cento) dos assistidos vêm de outras cidades, sendo que a maioria desses é oriundo da região da Grande Porto Alegre. Aos advogados dativos foram ministrados cursos sobre sistema financeiro da habitação e direito militar.

Os investimentos no programa de trabalho de assistência judiciária gratuita estão explicitados conforme tabela que segue:

Ano	Gasto	Nº de solicitações de pagamento	Profissionais pagos
A partir de julho de 2003	R\$ 1.158.022,86	4938	2105
2004	R\$ 2.324.641,00	16964	4917
Até maio de 2005	R\$ 851.546,98	7790	1968
Totais	R\$ 4.334.210,84	29692	8990

Firmou-se, também, convênio com a UNISINOS, cujos alunos, acompanhados de um professor, realizarão, uma vez por semana, assistência às pessoas cujas causas sejam atinentes aos Juizados Especiais, através do uso do e-proc. A primeira turma, composta de 15 (quinze) alunos, iniciou os atendimentos em maio, aumentando o número de pessoas assistidas, ao mesmo tempo em que auxiliará nas tarefas de atermção desempenhadas pela Seção de Distribuição do Núcleo de Apoio Judiciário. Já no Interior do Estado, algumas instituições de ensino foram conveniadas para possibilitar ao jurisdicionado carente o acesso à justiça, e, paralelamente, a prática assistida ao acadêmico do curso de ciências jurídicas. Enfatizando a importância desse serviço, foi designada uma Juíza Federal para a coordenação das atividades, sendo relevante salientar que a fiscalização ocorre permanentemente por um servidor da Secretaria Administrativa.

Convênios com instituições de ensino superior nas Subseções

INSTITUIÇÃO	SUBSEÇÃO
URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	Santo Ângelo
UNIFRA Centro Universitário Franciscano	Santa Maria
FURG Universidade Federal de Rio Grande	Rio Grande
UFPEL Universidade Federal de Pelotas	Pelotas
FEEVALE	Novo Hamburgo
UNIRITTER Centro Universitário Ritter dos Reis	Canoas Incluindo a possibilidade de atuação como conciliador do Juizado Especial Federal

Todos esses projetos em andamento dão mostra de que o setor público também pode desempenhar uma gestão voltada ao desenvolvimento da cidadania, reforçando a idéia de que a missão da Justiça Federal não se cinge ao processamento e julgamento de feitos - porquanto instituição inserida no compromisso global de responsabilidade social-, fundamentando, assim, diversas iniciativas que foram adotadas no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após passar em exame os principais acontecimentos que nortearam o atuar da Administração na gestão que concluímos, temos consciência de que alguns pontos devem ser avivados, por sua relevância para o aprimoramento das condições oferecidas à atividade fim da Justiça Federal de Primeira Instância na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, traduzida na prestação jurisdicional, dentre os quais, destacamos:

1) Arquivo

A Seção de Arquivo da Subseção Judiciária de Porto Alegre armazena 347.672 processos (no âmbito Seccional a quantia chega a 588.029), ocupando área de 1.290 m² (mil duzentos e noventa), compreendendo 996 (novecentos e noventa e seis) estantes e 34.420 (trinta e quatro mil quatrocentos e vinte) caixas. Encontrando-se com sua capacidade saturada, essa Seção gera um alto custo de manutenção, ocupando áreas nobres do prédio-sede da Capital, que poderiam ser aproveitadas para ampliação das atividades judicantes.

No curso do biênio que ora finda, providências foram tomadas, com o propósito de reduzir a dimensão dessa crescente estrutura física, a saber. Inicialmente, implantou-se a gestão documental de autos findos e arquivados, regulamentada pelo Conselho da Justiça Federal. Por esse processo, buscou-se qualificar a guarda de documentos, com vistas à otimização do uso do espaço físico, a fim de preservar os feitos de relevância histórica para a Justiça Federal, bem como os oriundos da amostra estatística e os definidos na resolução e, portanto, de guarda permanente - ao mesmo tempo em que se investiu na eliminação de processos, após ser observada a tabela de temporalidade apropriada. Concomitantemente, introduziu-se novo sistema de geração de documentos eletrônicos já descrito no corpo desse relatório -, dispensando-se o futuro arquivamento de papéis.

Como forma de minorar os problemas existentes, deu-se impulso à aquisição de armários deslizantes, ainda em processo de licitação, que promovem a racionalização do uso do espaço físico ao gerar economia de 1/3 (um terço) da área existente, mantendo a capacidade de armazenamento, em relação às estantes convencionais. Para que a medida seja eficaz, todavia, faz-se necessário investir em nova aquisição num futuro próximo, quando a dotação orçamentária permitir, a fim de assegurar uma sobrevida mais

longa ao arquivo judicial nas instalações atuais.

Para atenuar o mesmo problema da falta de espaço à expansão dos arquivos nas Subseções Judiciárias, encontra-se em estudo a criação de arquivos regionais entre cidades próximas - como é o caso da conexão entre as Subseções de Canoas e Novo Hamburgo. Pretende-se a locação de prédio com a finalidade de constituir um espaço comum para armazenamento de processos de duas ou mais Subseções, tendo como efeito a diminuição do custo de locação de prédios para atender à Seção Judiciária do Rio Grande do Sul como um todo.

2) Núcleo de Informática

Levando-se em conta a necessidade de expansão da infra-estrutura de comunicação e informática, contratou-se estudo de um especialista em redes, que formulou, em conjunto com os profissionais envolvidos nas áreas técnicas, as perspectivas para os próximos 05 (cinco) anos, contemplando: videoconferência (interação de vídeo e áudio para reuniões), video stream (transmissão de imagens on-line), voz sobre ip (comunicação de voz sobre rede de dados), storage area network (repositório centralizado de dados que garante cópias de segurança das informações e sua disponibilidade imediata, com mecanismos automáticos de gravação e recuperação de dados), resultando na integração multimodal entre correio eletrônico, voz, dados e protocolo de fax, de modo unificado, garantindo melhor aproveitamento dos custos de tarifação dos referidos serviços à rede da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Em virtude das aquisições de 22 (vinte e dois) novos servidores de arquivos, equipados com placas de comunicação de 01 (um) Gbps e discos de 500 (quinhentos) GB, novos investimentos continuados far-se-ão necessários para que a absorção dessas novas tecnologias não permita a formação de pontos de estrangulamento na rede da Seção Judiciária.

Para melhor garantir a agilidade na prestação dos serviços dessa área, faz-se necessário buscar o provimento de cargos para operador de informática, também, em Subseções com 02 (duas) varas, medida já deliberada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em decorrência dos novos sistemas de informática que foram implantados

na Seção Judiciária. Some-se a isso a ampliação do quadro de servidores - como consequência das varas recentemente implantadas -, que elevou a demanda de atendimento do núcleo de informática. A medida mostrou-se eficaz quando da nomeação de servidores aprovados em concurso público para operador de informática, em Subseções com 03 (três) varas ou mais, reduzindo-se, de forma sensível, os atendimentos até então realizados, exclusivamente, pelos servidores do núcleo de informática da Subseção Judiciária de Porto Alegre.

3) Estrutura da Seção de Conservação

Diante da expansão significativa por que passou a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, cujos dados foram pormenorizados anteriormente, talvez tenha sido o Núcleo de Apoio Operacional a área a sentir mais tensão no decorrer do período inventariado. Esse Núcleo é responsável pela manutenção de 26 (vinte e seis) prédios, onde estão instaladas: a) em 2 (dois) prédios cada, as Subseções de Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Santo Ângelo (com o arquivo, localizado em edifício à parte); b) em prédio único, as Subseções de Bagé; Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Canoas, Carazinho, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento, Santa Rosa e Uruguaiana, bem como os Juizados Especiais Federais Avançados de Santiago e de Santa Vitória do Palmar. Como é facilmente perceptível, a manutenção dessa grande e crescente estrutura que atualmente possui a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, compreendendo prédios em 20 (vinte) municípios, não pode continuar a ser executada com apenas 01 (um) engenheiro e 01 (um) arquiteto à disposição desta Instituição. Objetivando-se a constituição de uma equipe técnica especializada que possa oferecer suporte permanente à Direção do Foro da Seção Judiciária, obteve-se a incorporação aos quadros da área administrativa de um cargo de engenheiro civil e outro de engenheiro elétrico, impondo-se a realização de concurso público para seus preenchimentos.

4) Investimento na segurança dos prédios

A ampliação da estrutura física da Justiça Federal, no contexto da interiorização, fez-se acompanhar de conjunta instalação de agências



e postos bancários, muitos dos quais foram alvos de roubos no horário de expediente forense. Investir na segurança dos prédios ocupados pelas Subseções Judiciárias, pois, passou a ser medida impositiva.

Para fomentar o debate, constituiu-se uma comissão multidisciplinar para estudar medidas de controle de acesso ao prédio-sede da Capital, tanto de usuários da área fim, quanto de prestadores de serviço da área meio.

Encontra-se em estudo, ainda, junto à Seção de Telecomunicações, proposta de aquisição de um sistema de câmeras de vigilância para o prédio-sede da Subseção Judiciária de Porto Alegre, como ocorreu nas Subseções de Santo Ângelo e Canoas. Outro projeto deve contemplar, ainda, esboço da alternativa mais viável a ser adotada na área de proteção contra incêndio para preservação dos equipamentos de informática em caso de sinistro, considerando-se que a sistemática existente hoje no prédio-sede da Subseção Judiciária de Porto Alegre não se mostra a mais eficaz.

**JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL**

RELATÓRIO DE GESTÃO: JUNHO/2003 - JUNHO/2005

Porto Alegre, junho de 2005

Impresso em papel reciclado



CALABRIA

Centro de Educação Profissional
São João Calábria

Fone: (51) 3245.7200



PODER JUDICIÁRIO